

A URBANIZAÇÃO DE SALVADOR (1912-1916) E SUA DINÂMICA DE AGENCIAMENTO HABITACIONAL: COTIDIANO POPULAR

Carla Virgínia Fraga dos Santos*

RESUMO: *A pesquisa procura analisar as reformas, urbanas do primeiro governo de Seabra, atentando para a dinâmica do agenciamento habitacional, que provocou mudanças espaciais, responsáveis pelas alterações físicas na fisionomia da cidade e do cotidiano popular durante o início do século passado e, também, despertou essas camadas para os mecanismos de resistências, principalmente contra a modernização excludente que se processou em Salvador, no período de 1912 a 1916. Os jornais do período, em conjunto com os cadastros imobiliários, os livros de consignação das casas, as ações de despejo, dentre outros, compõem os dados que, cruzados, traduzem informações sobre a cidade, acompanhando os passos empreendidos em favor da modernização, do progresso e da civilização, bem como dos problemas suscitados por estes.*

Palavras-chave: Reformas urbanas; Governo de Seabra; Cotidiano popular.

O propósito da pesquisa em questão é investigar a alteração do cotidiano das classes populares e o reordenamento social do espaço durante o primeiro governo de José Joaquim Seabra (1912- 1916). Nesse período, tem início a adequação da ordem social, política e econômica de Salvador ao direcionamento urbano de modernização, em voga também em outras capitais, a exemplo do Rio de Janeiro, São Paulo e Recife.¹

O mesmo não tem a pretensão de abordar ou resolver todas as questões pertinentes aos problemas da pesquisa, mas sim incitar discussões, procurando articular as reformas urbanas e a dinâmica de agenciamento habitacional com as alterações ocorridas no cotidiano popular.

Para o estudo do período, além da bibliografia sobre a temática, faz-se fundamental o trabalho de análise de jornais e outros documentos do período, como as ações de despejo que nos dão conta do dia-a-dia das classes populares em suas lutas pela sobrevivência. No entanto os vestígios do cotidiano popular do período não estão organizados, faz-se preciso então juntar as peças desse grande quebra-cabeça para depois montá-lo e analisar o contexto construído.

A remodelação das grandes cidades ocorre em todo o país, principalmente nas mais ligadas ao escoamento de mercadorias, uma vez que, já durante o final do século XIX, apresentavam problemas que exigiam soluções. Essas reformas fazem-se essenciais para as elites de Salvador que desejavam e podiam pagar graças ao desenvolvimento comercial e industrial da

* Graduada em História na Universidade Católica do Salvador e aluna do Curso de Especialização em História social e Educação da mesma Universidade. Orientador: Charles d'Almeida Santana, Doutor em História pela PUC-SP, professor da Universidade Católica do Salvador e Coordenador do Curso de Especialização em História Social e Educação.

¹ PINHEIRO, Eloísa Petti, *Europa, França e Bahia: difusão e adaptação de modelos urbanos (Paris, Rio e Salvador)* Salvador: edufba, 2002.

cidade² por luxos vistos em outras cidades. Entre as cidades-modelo, deve-se destacar o exemplo de Paris que, também, passara por reformas cruciais ao seu desenvolvimento³.

Só que essas mudanças, na esmagadora maioria das vezes, não levavam em consideração as camadas populares, que enfrentavam diversos problemas, devido a falta de políticas públicas sociais, como apontam manchetes do jornal “A Tarde”⁴ ao mostrar a presença indesejável da miséria pelas ruas da cidade.

A elite pretendia adotar padrões culturais europeus e reformar a cidade, de modo a implantar uma nova estética e a introdução de modernas tecnologias, tais como a abertura de avenidas, o alargamento de ruas e o embelezamento da cidade.

Observamos que a mudança da cidade tradicional colonial para a cidade moderna se dá através de profundas transformações espaciais e da criação de sistemas de infra-estrutura e serviços coletivos modernos.

Salvador, no século XIX, é descrita pelos viajantes, que aqui chegavam, como uma cidade fétida, suja, na qual as construções erguem-se sem ordenação, as ruas são estreitas e sem alinhamento reto. Imagem que sugere uma:

Cidade baixa, cidade suja, mas cidade muito viva. Os pregões dos vendedores ambulantes se mesclavam à melopéia bem ritmada dos carregadores negros curvados sob pesadas cargas, em seu vaivém. Cidade suja, mas colorida inclusive pelas roupas e as peles variadas de sua gente. Verdadeira cidade porto, onde o mais humilde acotovelava o mais insigne nos afazeres da vida cotidiana. (MATTOSO, 1992, p.438)

Vale salientar que, a essa época, o Pelourinho (hoje um espaço turístico) era um dos locais residenciais mais valorizados, com seus sobrados de diversos andares e habitado por uma classe abastada.

Nesse cenário ocorrem as reformas sob a batuta de J.J. Seabra que, ao tomar posse do governo do Estado da Bahia, em 1912, alia o desejo de mudança, as condições econômicas e a sua força política aos seus conhecimentos sobre intervenções urbanas.⁵

O planejamento obedeceu a algumas premissas. De um lado, procurava modernizar e “europeizar” a antiga cidade colonial, por outro, a reforma pretendia ordenar e disciplinar a população pobre; objetivos que, no entender de José Murilo de Carvalho (1987, p.9), significavam levar “as luzes para seres bestializados”.

O projeto apresentado, para as reformas de Salvador, se fundamenta na melhoria do saneamento, do conforto e da arquitetura, indispensáveis à vida moderna (como as mansões do corredor da Vitória, bem ao estilo eclético vigente na Europa no início do século XX). As propostas abarcam, ainda, aberturas de avenidas, a exemplo da Sete de Setembro que, como resultado da retificação e do alargamento de várias ruas e vielas que se estenderam da Praça Castro Alves até o Farol da Barra. As obras incluíram a demolição de importantes e antigos edifícios da cidade, entre eles a Igreja de São Pedro Velho e parte da Igreja do Rosário dos Brancos e do Convento das Mercês. Também fazem parte desse projeto a construção de jardins, praças, parques abertos à população e banheiros públicos.⁶

² Em sua dissertação de mestrado recentemente publicada o professor Aldrin Castellucci procura relativizar a idéia de Salvador como cidade comercial. Ver: Industriais e operários baianos numa conjuntura de crise (1914- 1921)

³ Sobre as reformas parisienses, principalmente a realizada entre 1853 e 1870, chamada de haussmanização, ver Eloísa Petti Pinheiro op. cit

⁴ *A Tarde*, Salvador, 03/03/1915., p. 12

⁵ Além de ministro da Justiça e Negócios interiores no governo de Rodrigues Alves (1902- 1906), Seabra foi ministro dos transportes de 1910 a 1912, no governo de Hermes da Fonseca.

⁶ Resoluções do Conselho Municipal

Esse chamado “urbanismo demolidor”⁷, de Seabra não ocorreu sem manifestações, vide o exemplo dos frades de São Bento, que se colocaram contra essa remodelação destruidora.

Uma coisa que não se compreende é que os Srs. Frades queiram entravar o nosso progresso, criando toda sorte de dificuldades ao plano de melhoramentos. homens estranhos ao movimento civilizador, pouco se lhes dá que a Bahia seja eternamente a velha cidade da colônia infecta e africanizada. (CORREIO, 1º Out. 1913)

A reforma urbana de 1912-1916 garantiu a fluidez das mercadorias para o comércio internacional e também para o abastecimento da capital, com a abertura da avenida Jequitaia, conectando o porto, ampliado e equipado, à estação de trens da Calçada, melhorando e agilizando as comunicações com a Cidade Alta. No que se refere à ampliação da área urbana, a reforma define, ou melhor, confirma os vetores da expansão, determinando novas áreas da cidade. A implantação de novos meios de transporte também impuseram uma mudança na antiga estrutura urbana, adaptando-a às novas necessidades de deslocamento.

A análise das ações de despejo nos permite observar a nova organização habitacional da cidade. A inovadora distribuição da população na cidade é um projeto do interesse das classes abastadas, que anteriormente precisavam das classes populares para prestar-lhes serviços fundamentais como jogar fora os dejetos ou transportá-las de um canto a outro da cidade (logo precisavam da presença ainda que desagradável das camadas populares). Com as reformas e a implantação de serviços públicos de esgotos, iluminação e transportes deixava de ser fundamental para o conforto das elites a proximidade das “desagradáveis” classes populares.

As reformas urbanas acabam por introduzir outras formas de exclusão social, como a diferença de tratamento quanto à implantação de infra-estrutura nas áreas novas e nas antigas, que acabaram sendo colocadas num processo de degradação. O custo dos aluguéis também acaba definindo a permanência ou a exclusão da população dos seus locais de residência, uma vez que o aumento do valor nas áreas reformadas leva a população pobre a buscar valores mais baixos e, conseqüentemente, sem condições de habitacionalidade.

Observamos que as intervenções urbanas estabeleceram, através da formação de novos bairros, uma segregação sócio-espacial na cidade, estabelecendo os lugares dos ricos e dos pobres. Segundo Fernandes (1992, p.64-5), essa distinção completa-se pela exteriorização de códigos estéticos específicos, que podem ser esquematizados na contraposição entre, de um lado, o palacete neoclássico ou eclético, do outro lado, o conjunto homogêneo de casinhas proletárias.

Fica clara então a dinâmica habitacional das classes populares que, devido às melhorias habitacionais produzidas no sistema de mercado, vêem-se excluídas do centro da cidade, ou, nele, confinadas aos sobrados, cada vez mais subdivididas, ou em casebres colados uns aos outros, conhecidos como avenidas proletárias.

Aguçando o olhar, vemos que o processo de urbanização não foi igual e muito menos benéfico para todos. A intensidade e os limites da tão propalada modernização dependiam das especificidades das condições econômicas, sociais, políticas, culturais, dentre outras, dos locais onde ela se dava.

Nos planos iniciais divulgados por Seabra, constava a construção de casas populares, com o que seria amenizado o problema crônico enfrentado pela população, desde antes da remodelação da cidade, mas cujo agravamento foi conseqüência dela. Embora não investisse diretamente em tais habitações com recursos próprios conseguidos pelo governo como fazia nos melhoramentos, ele procurou estimular a construção dessas casas, atraindo capitalistas com a

⁷ Termo utilizado por Pierre Lavedan, para descrever esse tipo de intervenção onde não há preocupação com a preservação do patrimônio e prima-se pelo desenvolvimento, pelo progresso.

aprovação e concessão de favores, como isenções de impostos, através de decretos, para aqueles que apresentassem projetos de construção de moradias populares, pondo-os em execução. Entretanto o tempo passou, e nada que lembrasse a promessa de erigir habitações populares na cidade foi noticiada.⁸ Ao invés disso, observamos o nascimento de um mercado imobiliário rico e dinâmico.

Ainda tomando como base as ações de despejo, observamos que um dos maiores problemas das classes populares em Salvador, no início do século XX, era a remuneração, que em geral não cobria as necessidades da população, como alimentação e habitação.

As classes populares compostas, em sua maioria, pelos que são definidos pela exclusão, não eram oriundos da aristocracia, não pertenciam a nenhuma família tradicional, não eram comerciantes e não tinham participação política. Viviam ocupando as ruas, locais da malandragem; as feiras, locais da informalidade, prestando serviço e às vezes morando em casas comerciais ou residenciais ou habitando as suas insalubres moradias, nas partes fétidas da cidade.

Seus hábitos permaneciam semelhantes aos do século anterior com costumes que colocavam em risco a ordem e a segurança, facilitando a proliferação de epidemias. Além disso, por divertirem-se com jogos, bebidas e festas profanas que quase sempre acabavam em tumultos, eram vistos praticamente como inimigos do ideal positivista de “Ordem e Progresso”, vistos com um entrave para o projeto de modernização e civilização da cidade.

A pobreza incomodava as elites, mas não se sabia ao certo o que fazer com ela. Então as primeiras propostas são para: educá-la, moralizá-la, repreendê-la através de legislações ou ações policiais. Em último caso, confiná-la em instituições assistências como forma de escondê-la, uma vez que era incompatível com a tão sonhada e querida modernidade.

Conseqüentemente, o cotidiano popular não era dos mais tranqüilos. Ou as pessoas eram perseguidas, como nos casos dos vendedores ambulantes, das meretrizes, dos cáftens e dos vadios, como forma de exaltar o trabalho ou viviam tentando contornar as dificuldades que a vida urbana lhes impunha.

O cotidiano popular era atormentado pelos fantasmas do desemprego, das doenças, da morte, mas, sobretudo, pelos da fome e da falta de moradia.

Com as reformas urbanas, as classes populares, que mal podiam pagar aluguéis em sobrados centrais insalubres, mais caros e disputados em virtude da proximidade dos locais em que conseguiam ou agenciavam trabalho, acabaram indo parar em distritos como Santo Antônio Além do Carmo e Brotas, que eram distritos urbanos com abundantes terrenos baldios, que passaram a acolher os novos moradores e suas habitações precárias, ampliando as primeiras aglomerações suburbanas, que formariam grandes bairros populares e negros.⁹

Em todas as cidades do orbe civilizado, ás reconstruções, ás aberturas de novas e grandes artérias, precede a criação de casa para o proletariado, para o empregado público de pequeno ordenado, para aquelles, em fim, que de modo nenhum podem viver no luxo de uma soberba avenida, mas têm, ninguém lho negará, o direito à vida e as comunidades que gozam os predilectos da fortuna, os escolhidos assim da sorte. Entre nós não se entendeu assim por que? (H. de M., “avenidas fatidicas.” DIARIO DE NOTICIAS, 30/08/1912)

⁸ Luís Antônio FernandesCardoso, *Entre vilas e avenidas*, dissertação de mestrado, UFBA, 1991. O autor fez um estudo específico sobre a questão da habitação proletária em Salvador durante a Primeira República no qual confirma a ausência de menção que aponte para a construção e entrega das unidades aprovadas pelos decretos de Seabra.

⁹ Paulo César Garcez.Marins *Habitação e vizinhança: limites da privacidade nos surgimentos das metrópoles brasileiras*. IN: História da vida privada no Brasil República: da Belle Époque à Era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.p.168.

A avenida a que o artigo do jornal se refere é a Avenida Sete de Setembro. De todas as obras para a modernização da cidade, a que mais ocupou espaço na imprensa e aos olhos do governador, sendo a mais extensa avenida central e também a primeira da Bahia. A abertura dessa avenida atendia aos interesses das elites, pois, como via livre, ela facilitaria a circulação de capital e ainda ligaria o centro comercial, religioso e político à zona sul onde habitavam os estrangeiros (investidores) e os membros da burguesia baiana. Com essas obras, as ruas do centro da cidade foram ordenadas, toda a avenida foi asfaltada, arborizada e foi feita a instalação de luz elétrica e das canalizações para esgoto de águas pluviais¹⁰ Tudo para dinamizar a sociedade que aqui se estabelecia. Após a sua inauguração, a avenida tornou-se também centro comercial, uma vez que muitas lojas e drogarias passaram a se estabelecer ali, ou seja, as classes populares só podiam usufruir das melhorias de passagem e mesmo assim sob intensa fiscalização, uma vez que pertencer às classes populares nesse período significava pertencer às classes perigosas, que viviam sob constante suspeita de vícios e destruturação da ordem vigente.¹¹

O mundo das ‘classes perigosas’ estava repleto de sobrevivências culturais que precisavam ser erradicadas para abrir caminho ao progresso e à civilização – havia hábitos condenáveis nas formas de morar, de vestir, de trabalhar, de se divertir, de curar, etc. muitos deles mais abomináveis ainda porque manifestações das raízes culturais negras disseminadas nas classes populares. (CHALOUB, 1996, p. 134)

Podemos concluir observando que as reformas foram impostas de cima para baixo e que as respostas a essas imposições aparecem sob a forma de movimentos urbanos de descontentamento das camadas populares, pois, direta ou indiretamente, as reformas incidem na população mais pobre, conferindo-lhe outro espaço para habitar a ser ainda construído, sem que para isso eles tenham recursos. Terminavam residindo em:

[...] moradias diminutas e precárias, iluminação, ventilação e instalações sanitárias insuficientes e inadequadas, super lotação em função dos altos aluguéis, falta de higiene. As más condições do ambiente físico eram associadas a deteriorização da saúde e à decadência moral das classes trabalhadoras.(VAZ, 1992, p.199)

Dentre outras coisas, as habitações tornaram-se mercadorias, deixando de serem encaradas como patrimônio familiar e passando a serem transacionadas no mercado, sendo produzidas em função do seu valor de troca e não de uso e, além disso, a reorganização dos espaços acabou configurando-se como um meio de controlar a população confinada dentro de determinadas áreas.

As reformas urbanas ocorridas no início do século XX sugerem desta forma a atuação mais direta do poder do Estado no espaço urbano, que vai condicionar de maneira decisiva o cotidiano de toda a cidade, mas, principalmente, o das classes populares, objeto de controle social por parte dos setores privilegiados da Bahia. Com o desenrolar da pesquisa, procuro aprofundar a percepção de como essas reformas do início do século passado incidem na população mais pobre, buscando compreender o que ela fez e o que mandaram que ela fizesse, observando como se dá a (re)construção desses novos espaços que passam a ser ocupados.

¹⁰ Francisco Borges de Barros, *Dr. Seabra: sua vida e sua obra na República baiana*: Imprensa oficial do Estado, 1931.

¹¹ Sidney Chaloub, *Cidade febril: cortiços e epidemias na cote imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Os próximos passos da pesquisa serão localizar os desapropriados das reformas, destacando aqueles que se encontravam nas imediações da atual Avenida Sete de Setembro e procurando descobrir, além do seu cotidiano, como eles resistiam ou não a esse processo invasivo em nome da modernização de Salvador.

REFERÊNCIAS

- BARROS**, Francisco Borges de. *Dr. Seabra: sua vida e sua obra na República baiana*: Imprensa oficial do Estado, 1931.
- CARDOSO**, Luís Antônio Fernandes. *Entre vilas e avenidas*, dissertação de mestrado, UFBA, 1991
- CARVALHO**, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. SP, Companhia das letras, 1987.
- CHALOUB**, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: companhia das letras, 1996.
- FERNANDES**, Ana; **GOMES**, M. A. A. Filgueiras (org.). *Cidade e História: modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX*. Salvador: FAU; Mestrado em arquitetura e Urbanismo da UFBA, 1992. p. 197- 203
- LEITE**, Rinaldo Cesar Nascimento. “*E a Bahia civiliza-se ideais de civilização e cenas de anticivilidade em um contexto de modernização urbana em Salvador*”. (1912- 1916). Dissertação de mestrado UFBA.
- MARINS**, Paulo César Garcez. *Habitação e vizinhança: limites da privacidade nos surgimentos das metrópoles brasileiras*. IN: História da vida privada no Brasil República: da Belle Époque à Era do rádio. São Paulo: companhia das letras, 1990.p.168
- MATTOSO**, Kátia M. de Queiroz. *Bahia: a cidade de Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: HUCITEC; salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978.
- PINHEIRO**, Eloísa Petti. *Europa, França e Bahia: difusão e adaptação de modelos urbanos (Paris, Rio e Salvador)* Salvador: edufba, 2002
- SAMPAIO**, Consuelo Novais. *Os partidos políticos da Bahia na primeira República*. Salvador, NPCED, UFBA, 1978.
- SANTOS**, Mário Augusto da Silva. *Sobrevivência e tensões sociais (1890- 1930)*. Tese de doutorado USP
- TAVARES**, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. São Paulo: UNESP: Salvador: EDUFBA, 2001.
- UZEDA**, Jorge. *A morte vigiada: a cidade de Salvador e a prática da medicina urbana (1890- 1930)*. Dissertação de mestrado UFBA.



VAZ, Lilian Fessler. *Modernização excludente e moradia no Rio de Janeiro*. IN: FERNANDES, Ana; GOMES, M. A. A. Filgueiras (org.). *Cidade e História: modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX*. Salvador: FAU; Mestrado em arquitetura e Urbanismo da UFBA, 1992. p. 197- 203

Fontes Primárias:

Diário de Noticias 30/08/1912

A Tarde 03/03/1915

Correio 01/10/1913

Resoluções do conselho municipal AMS

Ações de despejo (1912-1915) APEB